

FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Junho de 2018 - Nº 684

DIA D PARA OS BANCÁRIOS NOSSOS DIREITOS ESTÃO EM RISCO



A Campanha Nacional Unificada 2018 será a mais difícil dos últimos tempos para os bancários. Diante das mudanças impostas pela lei trabalhista, nenhum direito mais está garantido.

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, assinada em 2016 e que garantiu por dois anos todos os direitos dos bancários, deixa de valer em 31 de agosto de 2018. E o desmonte trabalhista extinguiu o princípio da ultratividade, por meio da qual as cláusulas de um acordo valiam até a assinatura de outro.

Assim, estão em risco Vale Alimentação, Vale Refeição, PLR, licenças maternidade e paternidade, cláusulas de saúde e segurança, férias, jornada, horas extras e tantos outros direitos.

Por isso, o movimento sindical bancário antecipou toda a campanha. De 8 a 10 de junho, será realizada em São Paulo a Conferência Nacional que definirá a pauta dos trabalhadores que será apresentada aos bancos no dia 12.

“Queremos que as negociações comecem o mais rápido possível e nossa primeira medida na mesa será exigir dos bancos respeito à ultratividade e aos direitos previstos na CCT”, afirma o presidente do Sindicato, Edmilson Trevizan.

“Não há nem a mais vaga razão para os bancos deixarem de cumprir a CCT da categoria bancária e vamos defender isso com toda veemência”, ressalta Edmilson. “Nossa Convenção Coletiva de Trabalho de abrangência nacional, atende a todos os bancários do Brasil. Foi construída durante mais de duas décadas na luta, mas também em mesas conjuntas de negociação onde estavam representados os dois lados: banqueiros e bancários. Nada ali é descabido ou passível de suspensão, ainda mais para um setor que continua lucrando muito, mesmo no cenário de uma das piores crises já atravessadas por nosso país. Ou seja, o trabalho dos bancários tem de ser respeitado e seus direitos também.”

BB e Caixa organizados

Os bancos públicos debaterão as questões específicas desses trabalhadores, nos dias 7 e 8 de junho.

“As cláusulas econômicas seguem em debate na mesa única da Fenaban. Uma estratégia que já dura 15 anos e se mostrou muito acertada, resultando em ganhos para toda a categoria”, lembra Trevizan. “Vamos continuar nossa luta em defesa dos direitos, dos empregos e dessas instituições tão fundamentais para a economia nacional e para toda sociedade brasileira.”

CASSI: BB ROMPE MESA DE NEGOCIAÇÃO

O Banco do Brasil fugiu da mesa de negociações e, aproveitando a posse dos novos dirigentes eleitos, vai pressionar os diretores e conselheiros da Cassi a reduzir as contribuições patronais à Cassi e mandar a conta para os associados, aumentando as contribuições de ativos e aposentados e instalando a cobrança por dependentes.

O banco despreza o fato de que o custeio da Cassi precisa ser resolvido entre o banco e os legítimos representantes dos associados, as entidades sindicais e associativas, para depois ser levado à votação pelos associados. O banco quer passar o trator nos associados e espera contar com o apoio e conivência dos dirigentes da Cassi.

A Comissão de Empresa solicitou negociação para 5 de junho, mas o banco ignorou. O banco só abandonou as negociações porque avalia que poderá contar com voto dos novos eleitos.

Nova proposta pode aumentar contribuição em até 167% – A nova “proposta” do BB não altera significativamente a primeira. Quebra o princípio da solidariedade, aumenta a contribuição do associado de 3% para 4%, institui a cobrança por dependente por critério que penaliza mais os salários e aposentadorias menores.

Um associado da ativa com 2 dependentes e salário de R\$ 5.000 hoje paga R\$ 150 à Cassi e passará a pagar R\$ 400 (4% mais R\$ 108,17 por dependente, limitado a 8% do salário), aumento de 167%. Um aposentado que recebe R\$ 7.500 e tem um dependente hoje paga R\$ 225, passará a pagar R\$ 600 (4% mais R\$ 324,51 por dependente, limitado a 8%), aumento de 167%.

Se incluirmos na conta o aumento na coparticipação, muitos associados pagarão até 10% de seu salário.

O banco ainda quer roubar o poder dos associados e implantar o voto de minerva para poder alterar o estatuto e as contribuições à revelia dos funcionários.

Banco dá calote de R\$ 450 milhões e quer jogar a culpa nos associados. O BB está omitindo que possui uma dívida de R\$ 450 milhões com a Cassi, relativa ao grupo de Dependentes Indiretos. Ele assumiu esta dívida por acordo feito com as entidades representativas em 2008, mas até hoje não pagou.

A diretoria financeira da Cassi, indicada pelo banco, nunca fez a cobrança. A Cassi teve de contratar consultoria para dimensionar o valor exato da

dívida, avaliada em R\$ 450 milhões. Só o pagamento desta dívida já resolve o déficit atual do plano de saúde.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, ao acabar com uma mesa de negociação o banco quer impor aos associados uma conta salgada demais financeiramente e ainda impor todos os cortes em programas que quis fazer nos últimos anos. "A Consultoria Accenture elogiou a área de programas gerenciada pelos eleitos, mas o banco quer passar para o mercado. A Consultoria criticou a área de TI dos indicados do BB e o banco quer passar para os eleitos tirando fora a sua responsabilidade.

Quer pesar no bolso dos associados e ainda retirar direitos históricos como a paridade de gestão". "O banco não consegue negociar e quer ganhar na força. A dúvida agora é se os novos eleitos votarão contra os associados como espera o banco", completou.

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Presidente Prudente e Região, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.357.867.0001/90, Registro sindical nº 162139/60 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para a assembleia geral extraordinária que se realizará dia **11/06/2018, às 17h**, em primeira convocação, e às **18h, em segunda convocação**, no endereço situado à Rua Casimiro Dias nº 379 Centro, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia:

1. Autorizar à diretoria para realizar negociações coletivas, celebrar Convenção Coletiva de Trabalho, Convenções/Acordos Coletivos Aditivos, bem como Convenção/Acordos de PLR e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto;

2. Deliberar sobre aprovação da minuta de pré-acordo de negociação e minuta da Pauta de Reivindicações da categoria bancária, data-base 1º de setembro, definida na 20ª Conferência Nacional dos Bancários;

3. Deliberar sobre desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada;

4. Outros assuntos de interesse da categoria profissional.

Presidente Prudente SP, 04 de Junho de 2018.

EDMILSON TREVIZAN
Presidente

BRASIL ENTRA NA LISTA SUJA DA OIT



A reforma trabalhista, que acabou com direitos e legalizou formas de contratação fraudulentas, colocou o Brasil na lista dos 24 casos mais graves de violações das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A decisão foi anunciada no dia 29, na 107ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça.

Ao entrar na chamada ‘lista curta’ da OIT, dos 24 casos mais graves registrados no mundo, o Brasil passará a ser alvo de um intenso exame pela Comissão de Aplicação de Normas da Organização. Na prática, o governo será obrigado a responder sobre as violações de normas das quais o Brasil é signatário, o que gera um constrangimento internacional ao país.

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa, o anúncio é, na realidade, um reconhecimento da denúncia feita pela CUT desde que o governo Temer começou a discutir a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, em vigor desde 11 de novembro do ano passado).

“Além de ferir gravemente as normas internacionais do trabalho, a reforma trabalhista representa um retrocesso de cerca de 100 anos nos direitos trabalhistas conquistados com muita luta ao longo de décadas”, diz Lisboa.

“Foi uma lei aprovada em tempo recorde, sem negociação, nem diálogo com os trabalhadores, que perderam direitos históricos, praticamente rasgou a CLT e ainda colocou o trabalhador na mão do patrão,” disse o dirigente se referindo a itens como a demissão acordada

entre o patrão e o empregado que reduz em 50% o aviso prévio e em 20% o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, entre outras perdas.

Todo ano, a partir de uma avaliação prévia do Comitê de Peritos da OIT, especialistas em relações do trabalho do mundo todo, representantes de empregadores e trabalhadores estabelecem uma lista preliminar de 40 casos de graves violações, a chamada “lista longa”. Dessa lista, são selecionados os 24 casos mais graves.

Com Temer, o Brasil entrou na lista longa em 2017 por violar as Convenções 98, 151 e 154. E, agora, em 2018, com a nova legislação em vigor, o País passou a integrar a lista curta por violar as Convenções 98 e 144, que tratam, respectivamente, da regulamentação da Convenção Coletiva e da obrigatoriedade de consulta aos trabalhadores em casos de mudanças como as promovidas pela reforma trabalhista.

Segundo Lisboa, no total, a OIT tem 189 Convenções e 202 recomendações e nem todas entram na lista anual de violações a serem analisadas. Este ano, a Convenção 98, por exemplo, não estava na lista de normas a serem verificadas junto aos países membros da Organização.

“Entretanto, agora, seis meses após a aprovação da nova lei, a gravidade e a quantidade de ataques promovidos não deixaram dúvidas sobre as consequências da reforma trabalhista e a OIT abriu exceção para analisar o caso do Brasil”, explicou Lisboa.

Lisboa explica que dois pontos aprovados pela reforma e previstos na nova legislação trabalhista foram determinantes para a análise do caso: a possibilidade do negociado prevalecer sobre o que está na lei – negociado sobre o legislado – e a permissão da demissão individual, negociada com o patrão e sem a participação do sindicato.

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, diante dos graves ataques do governo ilegítimo de Temer aos direitos trabalhistas, instrumentos internacionais de proteção, como as Convenções da OIT, são uma importante linha de defesa jurídica.

ERIKA KOKAY APRESENTA PROJETO PARA SUSTAR NORMA DE TEMER QUE AMEAÇA A ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES PÚBLICOS



A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) apresentou Projeto de Decreto Legislativo (PDC 956/2018) com o objetivo de sustar resolução da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que trata das diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais em relação aos benefícios de assistência à saúde aos empregados. A proposta encontra-se em análise na Câmara.

A deputada Erika Kokay defende que a resolução da CGPAR viola direitos adquiridos pelos funcionários das empresas estatais, direitos assegurados em acordos coletivos de trabalho, estatutos e convenções que regulam as entidades de autogestão de saúde.

Segundo a parlamentar, a CGPAR excedeu sua competência ao criar bônus e obrigações para as entidades de assistência à saúde, ao infringir Lei Federal reguladora as entidades de assistência e ao não observar a atuação da Agência Nacional de Saúde (ANS) no planejamento e construção de um regramento para o setor.

Em sua justificativa, Kokay cita que a resolução já tem causado prejuízos aos servidores, a exemplo, de concursados do Banco do Brasil para o cargo de escriturário que já foram excluídos do direito ao plano de saúde.

“É um absurdo que a nova norma estabeleça que apenas os filhos e companheiros conjugais possuam direito ao plano, com a exclusão definitiva dos pro-

genitores. Pelo novo sistema, esses trabalhadores, serão obrigados a pagar um valor adicional por ente da família que for incluído, o que irá onerar o salário dos funcionários”, critica Kokay.

O que diz o governo - Sob o discurso da necessidade de aplicar uma política de austeridade ao custeio das empresas estatais no quesito de assistência à saúde aos seus funcionários, o governo Temer argumenta que a regulamentação do setor é uma alternativa para evitar o “endividamento” das estatais federais que custeiam em média 77% da mensalidade do plano de saúde dos beneficiários.

Segundo o executivo, esses gastos cresceram 58% impulsionados, em grande parte, pelo aumento da expectativa de vida e a assistência a ex-empregados. Por isso, defende mudanças, entre as quais, está a igualdade entre as contribuições pagas pelas empresas estatais e os empregados e a cobrança de valores diferentes por faixa etária e salarial. Diz, ainda, que é preciso alterar as regras para garantir a sustentabilidade dos planos de saúde administrados pelas empresas públicas.



HUMOR

PEDIDO DO CONDENADO

Um homem condenado à morte tinha um pedido a fazer antes de morrer. O soldado pergunta qual é o pedido e o condenado diz:

- Eu quero uma jaca!

O soldado tenta argumentar:

- Mas a época de jaca é só daqui a 6 meses.

E o condenado diz:

- Não faz mal, eu espero!

DURANTE O JULGAMENTO

Durante o julgamento, o juiz pergunta ao ladrão:

- Como você conseguiu entrar em uma casa com cerca elétrica e retirar todos os bens?

O ladrão responde:

- Senhor Juiz, vim para ser julgado pelos meus crimes, não para ensinar os segredos da profissão!